

A set of five horizontal white lines on the left side of the page, partially overlapping the title text.

Roleta interseccional Proposta metodológica para análises em Comunicação

FERNANDA CARRERA

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

ID 2198

Recebido em

16/06/2020

Aceito em

30/09/2020

Ao reconhecer a relevância do conceito de interseccionalidade como ferramenta metodológica no domínio do Direito, este artigo propõe articular e aprofundar sua valência nos estudos em Comunicação. O método interseccional em Comunicação carece de aparatos conceituais próprios, em diálogo com suas origens, para que não reduza sua capacidade analítica a estudos descritivos dos sujeitos, materialidades e suas estruturas. Intenta-se, aqui, portanto, construir um quadro metodológico, denominado “ruleta interseccional”, admitindo que a observância das matrizes de opressão que atravessam os corpos e os sujeitos é fundamental para a compreensão dos efeitos comunicacionais por eles engendrados.

Palavras-chave: Interseccionalidade. Comunicação. Metodologia. Feminismo.

Ruleta interseccional: propuesta metodológica para el análisis en comunicación

Reconociendo la relevancia del concepto de interseccionalidad como herramienta metodológica en el campo del Derecho, este artículo propone articular y profundizar su valor en los estudios de Comunicación. El método interseccional en Comunicación carece de su propio aparato conceptual, en diálogo con sus orígenes, por lo que no reduce su capacidad analítica a los estudios descriptivos de temas, materialidades y sus estructuras. Por lo tanto, se pretende construir un marco metodológico, llamado “ruleta interseccional”, admitiendo que la observancia de las matrices de opresión que cruzan los cuerpos y los sujetos es fundamental para la comprensión de los efectos comunicacionales que engendran.

Palabras clave: Interseccionalidad. Comunicación. Metodología. Feminismo.

Intersectional Roulette: methodological proposal for analyses in Communication

Recognizing the relevance of the concept of intersectionality as a methodological tool in the field of Law, this article proposes to articulate and deepen its value in studies in Communication. The intersectional method in Communication lacks its own conceptual apparatus, in dialogue with its origins, so that it does not reduce its analytical capacity to descriptive studies of the subjects, materialities and their structures. It is intended, therefore, to build a methodological framework, called “intersectional roulette”, admitting that the observance of the matrices of oppression that cross the bodies and the subjects is fundamental for the understanding of the communicational effects they engender.

Keywords: Intersectionality. Communication. Methodology. Feminism.

Fernanda **CARRERA**

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense. Professora da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM/UFF) e do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN). Líder do grupo de pesquisa LIDD - Laboratório de Identidades Digitais e Diversidade (UFRJ).

Universidade Federal do Rio de Janeiro,
Rio de Janeiro, Brasil

E-mail: fernanda.carrera@eco.ufrj.br

ORCID



Introdução

Arquitetado no domínio jurídico e dos direitos civis pela professora Kimberlé Crenshaw (1989, 1991), o conceito de interseccionalidade surge após amplo e complexo debate no campo dos movimentos sociais. Precedido pela “liberdade indivisível” de June Jordan (1992, p. 190), dos lugares fronteiriços da resistência latina de Gloria Anzaldúa (1987), da articulação tríplice entre “mulher, raça e classe”, de Angela Davis (1981) e da perspectiva feminista poética de Audre Lorde (1984), o conceito adquire potência e articulação em torno da justiça social antes de ser integrado aos espaços acadêmicos de legitimação. Mulheres ativistas, então, elaboraram as bases do ideal interseccional a partir de suas vivências, desejando a criação de “políticas emancipatórias de fora das instituições sociais poderosas, assim como essas ideias têm sido retomadas por tais instituições” (COLLINS, 2017, p. 7). É na instituição acadêmica, portanto, que a ideia é traduzida para a linguagem da visibilidade e da validação intelectual.

Munida desta substância de luta social, Crenshaw (1989) cunha o termo interseccionalidade na tentativa de apontar para as injustiças em sistemas jurídicos, que não contemplam os múltiplos eixos de subordinação que acometem, sobretudo, mulheres negras. Ao considerar que a doutrina jurídica em torno da discriminação de gênero e raça é definida pelas experiências de mulheres brancas e homens negros, sua proposta reconhece que há, no contexto das mulheres negras, a criação de outro “locus de enunciação” (BERNARDINO-COSTA; GROSGUÉL, 2016, p. 19), isto é, há a gênese de um sistema de opressão articulado pelo encontro de duas ou mais estruturas discriminatórias, cujo resultado é mais complexo que a soma das suas origens de desempoderamento. Constituídas por experiências diversas daquelas vividas por mulheres brancas e acometidas por violências diferentes daquelas sentidas por homens negros, mulheres negras falam de um lugar de subjugação apartado e muitas vezes ignorado. Nesse sentido, “a proposta de Crenshaw nos instrumentaliza neste campo de justiça mediadas” (AKOTIRENE, 2019, p. 113).

Entender o conceito de interseccionalidade a partir de sua origem epistêmica é questionar perspectivas que consideram outros caminhos metodológicos, como o conceito de “consustancialidade das relações sociais” (KERGOAT, 2010), como semelhantes ou comparáveis, uma vez que o direcionamento sobre noções de classe e “sexo” (este último advindo do feminismo materialista) difere vigorosamente da visão interseccional sobre essas categorias sociais. Além de optarem pela crítica ao conceito de gênero e argumentarem pela noção de “relações sociais de sexo” (CISNE, 2014) – o que revela a tentativa de centralizar a figura da mulher nos estudos de gênero e recair sobre perspectivas muitas vezes transfóbicas (MACHADO, 2017) –, autoras que defendem a substituição do conceito de interseccionalidade por consustancialidade argumentam que a classe é negligenciada nos estudos interseccionais, que trariam de forma hierarquizada e potencializada as problemáticas de raça e gênero (HIRATA, 2014; KERGOAT, 2010; CISNE, 2014; DELPHY, 1981). No entanto, uma vez que a criação do conceito já demarca que a interseccionalidade pode fornecer os meios para lidar com outras marginalizações, é explícito em estudos sobre essa definição a negação da hierarquia de opressões, resumida pela ideia de avenidas identitárias: “Errôneo argumentarmos a favor da centralidade do sexismo e do racismo. Já que ambos, adoecedores e tipificados, são cruzados por pontos de vistas em que se interceptam as avenidas identitárias” (AKOTIRENE, 2019, p. 44).

No entanto, é evidente que o berço epistêmico nas perspectivas da consustancialidade e da interseccionalidade influencia diretamente na alocação de esforços teóricos a respeito das categorias identitárias colocadas em problematização. Enquanto a primeira noção nasce sob a lógica marxista das relações de produção, compreendendo a raça como mais um lugar de disputa material e ideológica dentro das estruturas de classe, o conceito de interseccionalidade emerge como fundamento metodológico para dar visibilidade às opressões vividas por mulheres negras. Nesse sentido, para o feminismo negro, é preciso negar a primazia da classe para a compreensão de quaisquer fenômenos em torno da violência, da injustiça

e da opressão, como historicamente foi o direcionamento das ciências sociais, isto é, assim como gênero, sexualidade e outras avenidas identitárias também são, “raça é a maneira como a classe é vivida” (DAVIS, 2011). A visão marxista ortodoxa, portanto, não prevê o alargamento da concepção sobre exploração para além do ponto de vista econômico, negligenciando os “brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem seus adventos do racismo” (GONZALEZ, 2018, p. 19). O conceito de interseccionalidade, assim é “sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (AKOTIRENE, 2019, p. 48).

O projeto de construção do termo interseccionalidade, portanto, emerge do reconhecimento dessas diversidades dentro dos grupos raciais e de gênero, sobretudo, sendo articulado por mulheres racializadas e, especialmente, pelo feminismo negro. A reivindicação principal da proposta reside na compreensão de que não há, para os sujeitos, hierarquia de opressões, mas uma sinergia de múltiplos sistemas de poder (COLLINS, 2017, p. 11). Sendo assim, embora tenha sido alicerçado pelas demandas de raça e gênero, o projeto não se resume a essas categorias, mas “adota coalizção e solidariedade políticas em prol dos oprimidos por classe, sexualidades ou território, dentre diferentes marcações” (AKOTIRENE, 2019). Dentro dessa perspectiva, a teoria interseccional é aplicável para outras categorias sociais e não busca identificar o sujeito que, de forma aditiva, reúne mais dinâmicas de subjugação. Ao contrário, “nós precisamos ir além da questão ‘qual grupo está em pior situação’ para especificar as formas distintivas de opressão experimentadas por aqueles que intersectam identidades”¹ (CARBADO, 2013, p. 813, tradução nossa).

Uma vez que fornece “os meios para lidar com outras marginalizações” (CRENSHAW, 1991, p. 1299), o conceito de interseccionalidade vem sendo alicerce para estudos em diferentes áreas do conhecimento, embasando reflexões sobre opressão cruzada, por exemplo, de idade e gênero (CALASANTI; KING, 2015); gênero e sexualidades (TAYLOR; HINES; CASEY, 2010); raça, gênero e deficiência (SHAW; CHAN; MCMAHON, 2012); raça, classe e migração (ANTHIAS, 2012); assim como nacionalidades e religião (SALEM, 2013). No entanto, embora esta ampliação contextual possa trazer perspectivas importantes para o campo das análises interseccionais, também pode “se perder na tradução” (COLLINS, 2017) e permitir debruçamentos meramente descritivos e superficiais sobre os sujeitos e suas peculiaridades, isto é: reconhecer as diversidades identitárias não é suficiente para a teorização (ANTHIAS, 2012).

Dentro dessa perspectiva, o cerne do projeto interseccional, isto é, seu “*ethos* de justiça social” (COLLINS, 2017, p. 15) é imprescindível para o empreendimento de qualquer esforço científico em torno da interseccionalidade. Reconhecer diferenças é uma das etapas do processo analítico, mas esse reconhecimento se torna a base para o enfrentamento de injustiças e opressões estruturais. Assim, qualquer delineamento metodológico para pesquisas nesse conceito, se ajustado à teoria fundamental e às suas bases sociais, deve ser comparativo, complexo e emanar ares de manifesto e denúncia, porque seu princípio é, irremediavelmente, o da justiça social. Nesse sentido, embora tenha conexão com a noção de “marcadores sociais da diferença” (SAGESSE et al., 2018), a ideia de interseccionalidade, de fato, propõe um olhar para além da diferença, mas para o que fundamenta, a partir da diferença, a opressão². Assim, é uma perspectiva conceitual em prol da marcação das desigualdades e, dentro dessa estrutura, também dos privilégios. A diferença, então, seria a materialidade visível de um sistema desigual que sustenta certa fixidez identitária e coletividade, sobretudo quando é servida à discussão política e pragmática sobre as injustiças socioculturais (BHABHA, 1992; FANON, 1970; HALL, 2009).

¹ No original: “we need to move beyond the question of ‘whose group is worse off’ to specify the distinctive forms of oppression experienced by those with intersecting subordinate identities”.

² Nesse sentido, embora perspectivas críticas à noção de interseccionalidade pensada por Crenshaw, como a de Piscitelli (2008), apontem para uma visão da diferença deslocada da desigualdade, aqui é proposto como ponto de partida o projeto conceitual do termo em sua origem, isto é: o esforço analítico interseccional, aqui no campo da comunicação, que visa à demarcação de injustiças sociais.

Sendo assim, se o campo da Sociologia e do Direito se debruçam sobre as interseccionalidades estruturais e políticas que expõem as avenidas de opressão que definem dinâmicas criminais, de violência e de políticas públicas, o olhar da Comunicação pode ter como foco a “interseccionalidade representacional” (CRENSHAW, 1991, p. 1245), isto é, a construção cultural e os sentidos marginalizantes que circulam sobre estes sujeitos. Esses sentidos, inclusive, transcendem o campo midiático e operam no âmbito das relações sociais, até mesmo, acadêmicas, que também costumam compor objetos de estudo em comunicação. Espaços de construção científica, como as universidades e os lugares de debate sobre práticas educacionais, são importantes lugares de representação, legitimação e invisibilização, carecendo de iniciativas teórico-metodológicas, como aquela representada pelo conceito de interseccionalidade, que retira autores e autoras das margens e reconhece sua intelectualidade (ANZALDUA, 1987; HOOKS, 1995; GONZALEZ, 2018).

Constituindo-se como mais uma fonte de desempoderamento, os espaços de representação, então, são formas potentes de expor e reforçar as percepções enviesadas a respeito de determinados grupos sociais. Nesse processo de contínua suplementação das dinâmicas de discriminação, estes olhares subjetivos se tornam imbricados nas minúcias das interações, nos discursos, nas conversações e, por fim, na própria constituição deste corpo e de tudo que a ele é associado. Nesse sentido, não se discute aqui as intencionalidades das ações discriminatórias, uma vez que as opressões não são necessariamente produzidas deliberadamente, mas podem ser seguidamente “a consequência da imposição de um fardo que interage com vulnerabilidades preexistentes para criar mais uma dimensão de destituição de poder” (CRENSHAW, 1991, p. 1249).

Os espaços midiáticos, assim como os ambientes interacionais e de conversação, constantemente colocados sob os holofotes das pesquisas em Comunicação, são lugares emblemáticos para o debate sobre matrizes de opressão e dinâmicas discriminatórias. Reduzidos muitas vezes a depreciações de sentido e de importância, relegados a uma suposta futilidade que se atribui às atividades recreativas, esses espaços estão dominados pelas mesmas estruturas simbólicas e materiais que subjuguem indivíduos marginalizados e perpetuam de forma violenta suas impossibilidades sociais. É por meio desses lugares que são postas em circulação imagens e são construídos, por conseguinte, imaginários; sendo assim, é necessário lembrar que “longe de serem neutras ou simplesmente estéticas, as imagens têm sido uma das principais armas para reforçar e combater a opressão social”³ (BENJAMIN, 2019, p. 102-103, tradução nossa).

É dentro dessa perspectiva que este trabalho tenta propor um olhar metodológico interseccional para os estudos em Comunicação, ao compreender que há especificidade constitutiva nas “interseccionalidades representacionais” e as mesmas carecem de escrutínio científico próprio. A potência comunicacional das fotografias, dos materiais audiovisuais, dos produtos culturais em torno da música, das artes visuais e plásticas; a força das conversações diárias e das interações face a face e os modos de interação assíncrona propostos por tecnologias digitais; os ambientes de sociabilidade contemporâneos, que ora se fundamentam pela produção de novos mecanismos, dispositivos e práticas, ora são meros resgates e ressignificações de práticas passadas; e os produtos jornalísticos, publicitários e da mídia massiva, cujos lugares de poder não se podem negligenciar: todas essas manifestações e seus aparatos são objetos de análise comuns em estudos da Comunicação e, também, estão sujeitos à reprodução e reforço de dinâmicas de opressão interseccionais. É sob a égide desta acepção que é proposto aqui um caminho metodológico inicial, denominado roleta interseccional; uma ferramenta discursivo-operacional que pretende identificar os rastros da interseccionalidade nas diversas expressões e experiências comunicacionais, sem perder de vista, é claro, sua motivação elementar: a reivindicação pela dignidade.

³ No original: “far from being neutral or simply aesthetic, images have been one of the primary weapons in reinforcing and opposing social oppression”.

Delineamentos conceituais: diálogo interdisciplinar

O empenho pelo pensamento interseccional já é uma realidade no campo da Comunicação, sobretudo nos seus contatos com outras áreas do conhecimento. No entanto, se muitos desses estudos pensaram na teoria como método para análises de seus objetos midiáticos, como *talk shows* (CRAGIN, 2010), telenovelas (YILDIZ-YILDIZ-SPINEL, 2013; DE SOUZA; DRUMMOND, 2018), *reality shows* (CHOW, 2011), campanhas presidenciais (PINDERHUGHES, 2008) e publicitárias (CORRÊA, 2019); como arcabouço teórico-metodológico para estudos em comunicação oral e textual (BAGGA-GUPTA, 2012); assim como para análises das interações em ambientes digitais (COTTOM, 2016) e das humanidades digitais em geral (RISAM, 2015), muito poucos se interessaram pela discussão epistemológica do método diante das demandas específicas do campo (CORRÊA et al., 2018; NIELSEN, 2011).

No entanto, embora seja possível identificar a abordagem comunicacional dos estudos, sobretudo pelos seus objetos de análise especialmente midiáticos e interacionais, não se pretende aqui entender a Comunicação como independente de suas influências interdisciplinares. Na verdade, a discussão sobre a “situação incômoda do suposto objeto da Comunicação, apontado como heteróclito e diversificado” (BORGES, 2019, p. 27) não é o foco aqui, embora se reconheça o caráter fluido e transitório da sua constituição, como afirma Muniz Sodré (2014, p. 14): “a comunicação seria o conjunto das placas tectônicas sob a superfície do comum. Elas, como suas congêneres geológicas, são essenciais, mas não eternas em constituição ou em alinhamento”. Sendo assim, aqui são consideradas demandas específicas do campo aquelas que se alinham aos interesses e perspectivas consolidadas na área da Comunicação e que, aliás, já foram continuamente construídas em torno do diálogo com outras disciplinas. Essa interdisciplinaridade, por muitos trabalhada como um problema de pesquisa (LOPES, 2001; FRANÇA, 2001; BORGES, 2019), aqui é o ponto de partida para a construção de um esboço teórico-metodológico para o pensamento interseccional em Comunicação.

O trabalho de Nielsen (2011) é uma das poucas iniciativas de pensar a interseccionalidade para as pesquisas em Comunicação. Embora não tenha proposto um modelo analítico específico para a área, Nielsen se inspirou em uma matriz metodológica da ciência política (HANCOCK, 2007) para sugerir o projeto interseccional nas pesquisas em comunicação de massa. Com foco no teor midiático e massivo, sua proposta tem como base o estudo dos enquadramentos em textos jornalísticos, mostrando como abordagens interseccionais podem trazer resultados mais complexos sobre os sujeitos em destaque. Sua principal crítica sobre os estudos em Comunicação reside na continuidade das análises binárias (mulher/homem ou negros/brancos), mesmo naqueles que têm como base os estudos feministas, ou seja, há, ainda, uma constante homogeneização das categorias sociais em pesquisas que propõem avaliar processos de representação. Em análises interseccionais, portanto, nas quais é possível estudar como modos de exclusão trabalham conjuntamente, “pesquisadores podem avaliar se as mensagens de comunicação de massa estão confirmando vieses institucionais”⁴ (NIELSEN, 2011, p. 7, tradução nossa).

Ao analisar o enquadramento noticioso de uma mulher latina em dois jornais de grande circulação, Nielsen mostra como análises unitárias (com foco em uma categoria social) ou até mesmo múltiplas (com foco em mais de uma categoria separadamente) são frágeis em relação às abordagens interseccionais (que examinam múltiplas categorias de forma combinada). Entender, por exemplo, os contextos de personagens com base em interseccionalidade é reconhecer que as experiências de vida não são fragmentadas e, conseqüentemente, estas pessoas não sofrem opressão ora por serem imigrantes, ora por serem racializadas, ora por serem mulheres, mas sempre em uma combinação de todas essas estruturas, formando um bloco identitário relativamente autônomo. Nesse sentido, Nielsen (2011) deixa claro a diferença de entender a

⁴ No original: “scholars may evaluate whether mass communication messages are acknowledging institutional biases”.

interseccionalidade como método e como teoria: enquanto como ferramenta metodológica o conceito serve à construção das perguntas pelo pesquisador, como teoria ela serve à explicação do processo nocivo da fratura das identidades sociais.

Corrêa et al. (2018), por sua vez, analisa a potência de se pensar a comunicação midiática a partir do olhar interseccional e das contribuições de intelectuais negras. Dessa forma, mostra que os processos comunicacionais e interacionais são diretamente influenciados pelas estruturas de opressão que definem quem detém ou não o poder de voz. O espaço midiático, portanto, é um lugar de contínua disputa de experiências, no qual sujeitos subalternizados reivindicam a interrupção da sua percepção de exterioridade e o domínio de suas próprias narrativas; nesse espaço, muitas vezes marcado por invisibilização, esse sujeito “luta por ser contado como sujeito social dotado de cidadania e autonomia, um sujeito relacional com acesso à fala, à visibilidade e à aparição na cena pública” (CORRÊA et al., 2018, p. 166).

Embora os trabalhos citados introduzam questionamentos importantes para o pensamento interseccional em dinâmicas comunicacionais, há ainda uma lacuna na produção de um método explícito e preciso para o campo da Comunicação. Assim, no percurso pela proposição destes operadores, admite-se aqui a necessária articulação com outras áreas do conhecimento, sobretudo aquelas que já dialogam com objetos de análise em comum. Considerando que a Antropologia oferece a riqueza das coletas de dados etnográficos em grupos sociais; a Psicologia Social e a Sociologia são fundamentais na definição dos processos de identificação e de construção de alteridade nas interações cotidianas; portanto, a Análise do Discurso, pode, por fim, ser mobilizada como inspiração para o debruçamento do analista sobre os textos e as práticas comunicacionais.

Do campo sociológico, são caros à proposta metodológica aqui apresentada a perspectiva identitária não essencialista, mas estratégica e contingencial, pensada por Stuart Hall (2009) e Avtar Brah (1996); o apontamento, construído por Gayatri Spivak (2010), sobre a obscuridade e a mudez relegadas àqueles destituídos de poder; assim como as noções conectadas à Psicologia Social de George Mead (1969) e Erving Goffman (2002; 2012) a respeito dos gerenciamentos de si em meio aos constrangimentos das estruturas, dos papéis sociais e das microssituações do cotidiano. Se muitos destes panoramas teóricos já percebem os sistemas sociais a partir da discussão racial e de gênero, outros, embora contribuam com suas percepções generalistas sobre o todo social, podem ser repensados e reparados sob a égide dessas problemáticas e de outras subalternidades.

Do mesmo modo, o olhar etnográfico da Antropologia Social é relevante para as pesquisas em Comunicação, uma vez que propicia análises aprofundadas sobre as realidades culturais e interacionais dos grupos, suas vivências, artefatos e definições identitárias (DOUGLAS, 2002; HINE, 2000). No entanto, o diálogo com essa metodologia não omite sua história de “racismo epistêmico” (GROSFOGUEL, 2016), colocando culturas e indivíduos não-brancos sempre como aqueles que deveriam ser estudados, isto é, “meros objetos de estudos ou incapazes de produzir conhecimento acerca de sua experiência social” (AKOTIRENE, 2014, p. 30). Reivindicar o papel de sujeito do esforço epistemológico e não apenas a representação do corpo para análises embranquecidas é construir conhecimento a partir de experiências pessoais e vividas subjetivamente, assimilando-as ao processo de análise científica: princípio fundamental da epistemologia feminista negra de Collins (2002).

Assim, na proposta de uma etnografia interseccional, há o momento necessário de demarcação do locus de enunciação ou lugar de fala do pesquisador, questionando os limites da trajetória pessoal que podem regular os resultados das suas análises. Essa marcação é fundamental para a construção de uma metodologia baseada em princípios decoloniais (FAUSTINO, 2013), pois assinala o lugar ocupado pelo sujeito pesquisador em vez de considerá-lo, como acontece historicamente, um sujeito universal: “Não se trataria de afirmar as experiências individuais, mas de entender como o lugar social que certos grupos ocupam restringem oportunidades” (RIBEIRO, 2019, p.61). Além disso, se é essencial demarcar pontos de

partida analíticos, é imprescindível acionar prioridade a vozes antes silenciadas no campo acadêmico e científico, construindo caminhos para conter o histórico epistemicídio atrelado às narrativas de indivíduos racializados⁵.

Constituída nos estudos linguísticos, a Análise do Discurso, por sua vez, sobretudo aquela de vertente francesa, já é antiga aliada nas pesquisas em Comunicação (MAINGUENEAU, 2001; ORLANDI, 2012; BRANDÃO, 1998; CHARAUDEAU, 2006). Ao se debruçar sobre textos escritos, orais, midiáticos, imagéticos, essa proposta teórico-metodológica sobre o estudo da língua e das suas manifestações discursivas pretende não somente identificar as nuances da linguagem, “mas o que há por meio dela: relações de poder, institucionalização de identidades sociais, processos de inconsciência ideológica” (MELO, 2009, p. 3), ou seja, a conexão entre a enunciação e o lugar da qual ela emerge (BRANDÃO, 1998).

A AD, portanto, é cara aos estudos em Comunicação quando oferece aparatos para as análises, por exemplo, dos silenciamentos, das formações discursivas, dos implícitos e pressupostos, do *ethos* e das imagens de si, que se alicerçam no discurso, midiático ou não, e nas suas materialidades. No entanto, embora fundamentada pelas análises de contexto social, histórico, político e ideológico, a Análise do Discurso assume somente a luta de classes (PÊCHEUX, 2006; 1988) como argumento para essas definições conjunturais na constituição dos sujeitos e dos objetos. Inspirada por ideias marxistas, a AD admite que o discurso se fundamenta em lógicas de classe, mas negligencia outras estruturas, como as que são prioritariamente mobilizadas aqui: raça e gênero. Nesse sentido, se é compreensível esta lacuna ao posicionar quem são os principais pesquisadores mobilizadores dessa teoria – homens, brancos, do norte global (MENESES, 2008) –, pode-se afirmar que esta insuficiência precisa ser reparada.

Nesse sentido, assim como se propõe aqui pensar, principalmente, nas perspectivas teóricas agora para a construção de um método interseccional para estudos em Comunicação, demarca-se aqui que estes diálogos serão em prol de olhares etnográficos racializados, perspectivas interacionais e identitárias com base em estruturas de raça e gênero, bem como novos pontos de partida para análises de discursos, sobretudo alicerçados a marcações raciais, sexuais, de gênero e de outras ordens de opressão. Dentro dessa perspectiva, o cerne da proposição metodológica reside, também, no questionamento dos princípios epistemológicos historicamente hegemônicos (SPIVAK, 2010), destacando os “saberes produzidos por grupos que foram subalternizados em territórios coloniais” (RIBEIRO, 2019, p. 72).

A roleta interseccional: quadro metodológico para pesquisas em Comunicação

A perspectiva metodológica aqui apresentada busca transcender a descrição do conceito de interseccionalidade e aprofundar o debate ao pensar em operadores analíticos e ferramentas epistemológicas para o entendimento das dinâmicas comunicacionais dos sujeitos e dos objetos. O objetivo fundamental é identificar as marcas, os rastros destas avenidas de opressão que se revelam nas interações cotidianas, na comunicação midiática e nas representações discursivas. É mostrar, também, como a comunicação se constrói também a partir de estruturas interseccionais. Baseada e completamente atrelada à iniciativa de Crenshaw (1989), cujo princípio era a busca por igualdade em sistemas jurídicos, aqui se busca perceber como opressões interseccionais rasuram a subjetividade, os discursos, os produtos e espaços comunicacionais,

⁵ Novamente, é preciso demarcar que se leva em conta aqui a proposta original do conceito de interseccionalidade, entendendo-o como passível de ampliação e não negação ou substituição. A necessária demarcação do lócus de enunciação do pesquisador, portanto, em diálogo com essa proposição, não nega a possibilidade de perspectivas críticas advindas de sujeitos diversos nem se coloca como restrita a perspectivas “identitárias”, mas reconhece os limites interpretativos decorrentes das vivências como marcações necessárias em resultados de pesquisa. Não há, portanto, nenhuma indicação teórica que restrinja a aplicação da análise interseccional à militância, embora Crenshaw deixe claro que o seu pensamento, assim como a base do pensamento feminista negro, sejam oriundos dos movimentos sociais feministas e antirracistas.

e podem ser fundamentais para a composição dos sujeitos e dos seus comportamentos em interação. Nesse sentido, não se negligencia aqui o *ethos* de justiça social, essencial a qualquer aplicação do conceito. A interseccionalidade em Comunicação serve, portanto, como um aparato para expor injustiças representacionais e discursivas, propondo ferramentas de equidade.

Portanto, se a interseccionalidade na Comunicação é um artifício para a busca por igualdade social, é inevitável se fundamentar como um processo comparativo. A natureza comparativa da análise interseccional é evidente desde a sua concepção, já que Crenshaw pensa a noção a partir do confronto entre ações e políticas para mulheres negras, brancas, homens negros e brancos. Sendo assim, em Comunicação, o interesse de pesquisa também reside nestas relações, compreendendo, por exemplo, por que determinadas *youtubers* alcançam mais visibilidade que outras? Por que determinados produtos midiáticos, como filmes, séries e peças de teatro obtêm mais retorno que outros? Quais as diferenças representacionais encontradas em textos jornalísticos, campanhas publicitárias e propagandas governamentais quando se realiza uma análise interseccional dos grupos sociais ali em destaque? Há diferenças significativas na construção de personagens fictícios na literatura e no entretenimento audiovisual quando estão manifestados entrecruzamentos de avenidas de opressão nestes sujeitos? Quais os rastros interseccionais que se mostram evidentes nos processos de construção comunicativa e comportamental?

Importante sinalizar que o conceito de interseccionalidade foi pensado para a compreensão dos sujeitos e das suas realidades sociais, no entanto, pode-se afirmar que é possível transpor as definições conceituais também para análises de objetos. Entende-se, portanto, que há nos itens, marcadores de subjetividades também impregnados de estruturas de opressão interseccionais, mesmo que a eles não seja dada, de forma imediata, uma percepção de autoria ou de posse. Objetos religiosos, vestimentas, artefatos familiares, aparatos regionalizados etc. são importantes exemplos de como é plausível atribuir raça, gênero, classe e sexualidade a peças materiais e, por conseguinte, restringir sua circulação em decorrência destas atribuições. Sendo assim, é possível realizar questionamentos interseccionais em Comunicação, tanto para estudos de sujeitos quanto de objetos, tanto para discursos quanto para espaços, debruçando-se sobre as marcas da opressão encontradas em seus corpos e materialidades.

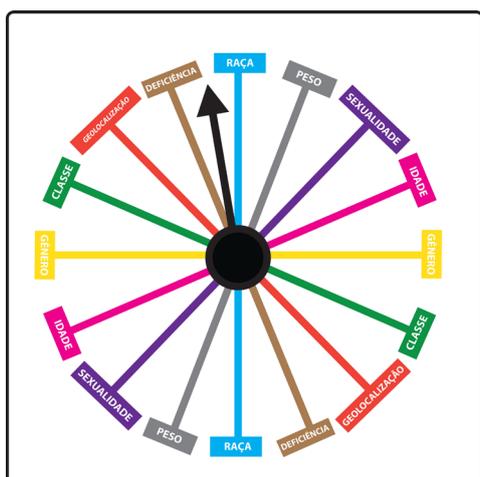
Dessa forma, o quadro metodológico proposto é uma tentativa de guiar esses questionamentos, ao compreender que a análise interseccional em Comunicação necessita de direcionamentos operacionais para dar conta das complexidades epistemológicas que surgem quando há cruzamentos identitários na constituição dos sujeitos e das suas dinâmicas comunicacionais. Reconhece-se, como primeiro fundamento, que estes entrecruzamentos de experiências não podem ser considerados a partir da percepção de adição, mas se baseiam na emergência de outro construto identitário que surge a partir desta combinação. Para mulheres negras, por exemplo, toda a estrutura analítica precisa ser repensada ou então não será adequada à compreensão das suas vivências. Ou seja, se a experiência interseccional “é maior que a soma do racismo e do sexismo, qualquer análise que não leve em conta a interseccionalidade não pode abordar suficientemente a maneira particular à qual as mulheres negras estão subordinadas”⁶ (CRENSHAW, 1989, p. 140, tradução nossa).

⁶ No original: “is greater than the sum of racism and sexism, any analysis that does not take intersectionality into account cannot sufficiently address the particular manner in which black women are subordinated”.

As cores e o funcionamento da roleta interseccional

Entende-se a constituição do sujeito subalternizado, atravessado por diversas avenidas de opressão, a partir da metáfora das cores. Ao tomar o azul, cor primária, como matéria do racismo, por exemplo, e atribuir ao amarelo o construto do sexismo, mulheres negras se constituem não como metade amarelo e metade azul, mas como a cor verde. Se as políticas antirracistas se baseiam nas experiências de homens negros e as teorias feministas se preocupam com as vivências das mulheres brancas, mulheres negras são um construto subjetivo apartado, que sofre a fusão dos dois domínios de opressão, mas não é contemplado por nenhum deles. A cor verde, portanto, é outro universo subjetivo, gerado a partir das duas cores, fundamentado e constituído por elas, mas que reluz distinto, singularizado. Ao pensar na ampla gama de cores para cada cruzamento de eixos de opressão, é possível entender a complexidade da formação dos sujeitos subalternizados: embora constituídos pela combinação de duas ou mais “cores de opressão”, estes sujeitos formam uma cor particular, com demandas únicas e experiências singulares⁷.

Gênero, raça, classe, deficiência, sexualidade, peso, idade e geolocalização, portanto, são alguns eixos fundamentais ou “cores primárias” para a compreensão das subjetividades subalternizadas e das dinâmicas comunicacionais que surgem sobre elas e a partir delas. Nesse sentido, entende-se que a pesquisa em Comunicação precisa considerar não somente cada um desses eixos separadamente, como os cruzamentos e combinações que são essenciais para a composição identitária diversificada dos sujeitos. Ao considerar essas complexidades, é possível ampliar a gama de perguntas coerentes para o objeto analisado, entendendo-o em sua heterogeneidade e completude. Quais são os eixos de opressão que predominam em cada situação? Quais aqueles que deixam rastros no discurso e no sujeito em análise? Quais cores de opressão e quais combinações fundamentam o indivíduo em questão? Com o intuito de direcionar pesquisadores para essas perguntas, propõe-se aqui uma ferramenta metodológica necessária aos estudos em Comunicação: a *roleta interseccional* (Quadro 1).



Quadro 01: Roleta interseccional como proposta metodológica para estudos em Comunicação

Fonte: Elaborado pela autora (2020)

⁷ Propõe-se aqui a metáfora das cores para o entendimento da roleta interseccional apenas no que tange às suas características elementares: cores primárias ou puras e cores secundárias, isto é, resultado de junção de cores puras. Não há, aqui, atribuição de simbologia ou sentidos culturais a estas cores que estariam relacionados às matrizes de opressão descritas. No entanto, não à toa foi atribuída cores primárias às categorias raça e gênero, já que essas avenidas identitárias seriam a base para a formação do conceito de interseccionalidade.

A roleta interseccional é pensada em prol do direcionamento das perguntas e da análise dos objetos de pesquisa em Comunicação. A vareta gira à procura do atravessamento relevante para o sujeito ou situação pesquisada. A cada momento da pesquisa, essa vareta deve ser acionada pelo pesquisador para que as categorias, se relevantes, sejam iluminadas. A cada contato da vareta com as hastes, é papel do pesquisador questionar: essa categoria é fundamental para o entendimento do objeto? De que forma essa categoria deixa rastros na materialidade comunicacional? Se não se evidencia como relevante, quais os rastros também dessa ausência que devem ser considerados na análise? Sem este giro questionador da roleta interseccional, possivelmente alguns questionamentos podem ser esquecidos ou negligenciados.

A representação metafórica da roleta é um modo de visualizar tanto as interseções dos eixos de opressão quanto os resultados que estas conexões trazem para a construção do sujeito. Aliada à metáfora da combinação das cores, a roleta interseccional mostra que as diversas avenidas de opressão, quando se encontram nos cruzamentos da existência humana, produzem construtos subjetivos que ainda não estão sendo considerados em toda a sua complexidade. Mais do que isso, a imagem da roleta, enquanto objeto já consolidado no imaginário social, é intencional: roletas são associadas a jogos de azar, ao acaso, amparadas pela imprevisibilidade. Dinâmicas de opressão, como aquelas que acometem indivíduos no âmbito da sexualidade, gênero, raça, peso, idade, geolocalização, deficiência e classe também são impostas aos indivíduos, que se veem encurralados, cercados pela violência das suas desvantagens sociais. Não há escolha por viver em nenhum desses eixos da roleta interseccional, assim como não há escolha no jogo da roleta, embora, nos dois, o resultado possa ser mortal.

É preciso ressaltar que o objetivo fundamental da roleta interseccional pensada aqui é fundamentalmente diferente da sua aplicação em outras áreas, como a Psicologia, por exemplo. O interesse da roleta interseccional em Comunicação não é compreender as interseções que compõem o sujeito, mas identificar aquelas que são mobilizadas, pelo sujeito, seus interlocutores, audiência ou aqueles que o acionam na construção dos enunciados e que deixam marcas no discurso. Nesse sentido, possivelmente a linguagem geolocalizada materializada pelos sotaques, por exemplo, pode ser extremamente iluminada em produtos audiovisuais, mas passar relativamente despercebida em imagens estáticas. É claro que o sujeito (representado na roleta pela circunferência central) é todo atravessado pela roleta e toda ela, além da junção com outros fatores, vai ajudar na sua constituição identitária. No entanto, a situação comunicacional não necessariamente mobiliza todos os atravessamentos. É papel do pesquisador em Comunicação identificar, seja com inspirações etnográficas ou a partir de debruçamentos textuais, aqueles que saltam aos olhos. É claro que é possível pensar na roleta interseccional também para a análise dos privilégios, o que seria interessante ver como um olhar incomum no campo da Comunicação. No entanto, a roleta interseccional, vale ressaltar, tem como objetivo fundamental expor injustiças. Se o estudo dos privilégios tiver como intencionalidade um escrutínio comparativo das vantagens sociais de determinado grupo em detrimento de outros, é possível resultar em dados importantes para corroborar com o propósito essencial da interseccionalidade: a equidade social. Nesse caso, então, utiliza-se um “negativo” da roleta interseccional, transformando as suas hastes, que antes representavam eixos de opressão, em eixos de privilégios.

A pesquisa com base na roleta interseccional parece, em primeiro momento, uma análise fragmentada das estruturas sociais, uma vez que a vareta só consegue tocar uma haste por vez. No entanto, as hastes que se iluminam não se apagam a cada novo giro, muito pelo contrário: sua luz, em contato com a luminosidade das outras hastes, transforma a cor da circunferência, formando um novo sujeito. Sendo assim, se em uma dada situação é evidente a marcação da mulher negra, as categorias gênero e raça estarão acesas e forjarão sua constituição enquanto sujeito atravessado pela interseccionalidade dessas duas cores de opressão. Se há, ainda, no giro da roleta, outras cores que se iluminam (como deficiência e classe), sua cor já não será verde, mas será aquela que é produto da junção destes eixos primários. Desse modo, se o giro da roleta interseccional é a primeira etapa da pesquisa, a construção do sujeito a partir das hastes iluminadas é a segunda etapa.

Na segunda etapa da metodologia interseccional de pesquisa, faz-se necessário pensar em questionamentos relevantes e específicos para cada haste iluminada e suas conexões, ajudando a construir a silhueta do objeto de análise. Para cada haste, três domínios fundamentais: a) Formação interseccional-discursiva; b) *Ethos* interseccional; e c) Negociações interseccionais. Cada um dos domínios emerge de perspectivas conceituais consolidadas em outras disciplinas, mas que já são amplamente empregadas no campo da Comunicação. No entanto, se nessas origens a interseccionalidade não adquiria o foco coerente com a sua importância, aqui esses conceitos são mobilizados e ressignificados tendo a interseccionalidade como núcleo fundamental.

Formação interseccional-discursiva

A formação discursiva, segundo Michel Foucault (1987), é o sistema normativo-social que rege os sujeitos em suas performances verbais e comportamentais, ou seja, “conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico” (FOUCAULT, 1987, p. 53). Nesse sentido, admite-se que não há sujeito ou objeto deslocado de uma estrutura restritiva, que define o que pode ou não ser dito, assim como nenhum dos dois está imune aos discursos precedentes: “os sujeitos e objetos não existem a priori, são construídos discursivamente sobre o que se fala sobre eles” (GIACOMONI; VARGAS, 2010, p. 122). Na Análise do Discurso, Pêcheux (1988) se apropria do conceito e confere outras dimensões ao associá-lo à luta de classes. Na perspectiva de Pêcheux, a formação discursiva vai ser subordinada à formação ideológica (determinada essencialmente pela classe), restringindo, assim, o que pode e deve ser dito: “é nas formações discursivas que opera o assujeitamento, a interpelação do sujeito como sujeito ideológico” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 241).

Se a AD entende a formação discursiva como dependente dos direcionamentos de classe (com a adoção da formação ideológica), entende-se aqui que há tantas formações discursivas quanto há estruturas de opressão. Nesse sentido, a classe não se sobrepõe aos outros eixos aqui descritos, mas cada um deles oferece constrangimentos próprios à existência do sujeito. Na metodologia da roleta interseccional, descrever as formações discursivas que regem cada eixo de opressão, portanto, é identificar quais são os imperativos e quais são os silenciamentos aos quais os indivíduos, marcados pelas hastes iluminadas, estão assujeitados.

Ou seja, se as hastes de gênero, raça e deficiência se iluminam, são perguntas fundamentais: o que se espera da pessoa racializada em determinado contexto comunicacional? Por outro lado, o que ela precisa silenciar? Quais são os rastros desses imperativos e quais as marcas dos silenciamentos raciais na materialidade discursiva? E o que se espera, no âmbito existencial, comportamental e interacional, da pessoa com deficiência? Quais são seus “deveres” dentro deste eixo de opressão e quais enunciados ele silencia como estratégia de resistência e autenticidade? O mesmo se repete para a haste do gênero. Ao final dessas identificações segmentadas, é crucial realizar a descrição final: quais as negociações e estratégias identitárias, por exemplo, que mulheres indígenas com deficiência realizam na interseccionalidade dessas opressões?

Ethos interseccional

Provindo da retórica, o conceito de *ethos* resume a imagem de si que o indivíduo tenta produzir nos discursos, independente dos atributos empíricos do enunciador. Ou seja: é a silhueta imagética do sujeito construída no e pelo discurso, a partir de suas estratégias de enunciação. Nesse sentido, a validação dessa imagem pelos interlocutores depende das coerções culturais e sociais de uma determinada época, ou seja,

toda imagem de si (*ethos*) é ancorada em estereótipos, isto é: “um arsenal de representações coletivas que determinam, parcialmente, a apresentação de si e sua eficácia em uma determinada cultura” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 221).

A noção de *ethos*, portanto, é diretamente dependente das formações discursivas às quais o sujeito está submetido, uma vez que em qualquer enunciação, “o orador enuncia uma informação e, ao mesmo tempo, diz: eu sou isto, eu não sou aquilo” (BARTHES, 1970, p. 212). Nesse sentido, mesmo sem consciência, o enunciador incorpora uma aparência no seu discurso a partir do ritmo, escolha das palavras, argumentos, entonação etc. indicadora de determinados papéis sociais, classe, interesse, raça, gênero etc. Sendo assim, a construção do *ethos* é uma competência social mais ou menos bem sucedida, uma vez que está sujeita à validação dos outros; busca-se, a cada enunciação, alcançar legitimidade: “é na qualidade de fonte de enunciação que ele se vê revestido de determinadas características que, por ação reflexa, tornam essa enunciação aceitável ou não (DUCROT, 1987, p. 201).

O conceito de *ethos* interseccional, portanto, é a tentativa de reconhecer quais as construções identitárias legítimas em determinados eixos de opressão e de que forma os sujeitos deixam rastros desta imagem de si nos seus discursos. Mais do que isso, é relevante perceber não somente os estereótipos atribuídos a cada eixo que podem constranger as liberdades identitárias dos indivíduos, como também compreender as negociações, que acontecem nas interações e ressignificam os limites das suas existências. Por exemplo, no contexto de idosos nordestinos: há uma imagem de si definida para indivíduos a depender da sua geolocalização? Como esta limitação se traduz na materialidade discursiva? Além disso, há um modo de falar, de se comportar, de vestir e de andar que fundamenta as expectativas em torno das idades? De que forma as representações negociam estes estereótipos? Ao final, como é fundamental nas análises interseccionais: qual a imagem de si em circulação que conjuga os dois eixos de opressão e de que forma o objeto analisado se comporta em relação a esta estrutura?

Negociações interseccionais

A noção de negociações interseccionais busca identificar, no seio das interações, quais as nuances comunicacionais que definem as construções discursivas em meio a determinadas formações interseccionais-discursivas e aos *ethos* interseccionais em legitimação. Entende-se aqui, então, que os contatos sociais cotidianos são fonte indispensável à construção dos sujeitos, isto é, não há uma essência anterior à interação. A identidade, portanto, é “um processo em que o indivíduo está continuamente se ajustando com antecedência à situação à qual pertence, e reagindo a ela (MEAD, 1969, p. 200). Para o sujeito, portanto, o *outro* é fundamental para a construção contínua de si, uma vez que a identidade se constitui no contato social; “ele e seu corpo simplesmente fornecem o cabide no qual algo de uma construção colaborativa será pendurado por algum tempo” (GOFFMAN, 2002, p. 231).

Dessa forma, os sujeitos tanto negociam suas identidades a partir das legitimações dos outros, como constroem noções de si com base nas identificações e diferenças. Ou seja, “as identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em ‘exterior’, em abjeto” (HALL, 2009, p. 46). Nesse processo de contínua dependência interacional, portanto, sujeitos subalternizados são constrangidos pelas expectativas dos outros e pelos direcionamentos identitários condizentes com os eixos de opressão dos quais participam. Suas corporalidades, de uma forma ou de outra, deixam rastros daquilo que se é: “apesar de um indivíduo poder parar de falar, não pode parar de se comunicar através da linguagem do corpo; é preciso dizer ou a coisa certa ou a errada” (GOFFMAN, 2010, p. 45).

Desse modo, dentro de cada formação interseccional-discursiva, diante de cada eixo de opressão, sujeitos negociam suas imagens de si, seus comportamentos e seus discursos, numa tentativa de gerenciar as impressões causadas e fazer valer a sua existência. Assim, é papel do pesquisador questionar: quais as nuances negociadas nos discursos que rasuram as materialidades comunicacionais? De que forma acontecem os constrangimentos, os mal-entendidos, as gafes interacionais? No caso, por exemplo, de um sujeito gordo, homossexual, de classe baixa, quais as negociações percebidas como forma de construção de resistência? O que é negociado em cada haste das opressões e de que forma essas negociações se conjugam e se contrapõem na formação de um sujeito único?

A metodologia da roleta interseccional é, assim, uma tentativa de propor um olhar epistemológico mais complexo acerca dos sujeitos, dos objetos, dos espaços e das materialidades comunicacionais, entendendo que a “superinclusão” pode levar a análises restritas e a “subinclusão” a estudos equivocados e contraproducentes (CRENSHAW, 2002, p. 173-174). Desse modo, entende-se esta proposta também como um manifesto científico, cujo fundamento primordial é reconhecer a interseccionalidade como constitutiva de todo o processo analítico. Ou seja, entende-se aqui que qualquer esforço metodológico deve ser interseccional: o primeiro passo é realizar o giro da roleta para o próprio pesquisador. O segundo momento, então, é o giro para o objeto analisado. Dessa forma, é possível deixar evidentes as limitações das interpretações de resultado e evitar, portanto, as “opacidades das experiências” (BRAH, 1996, p. 21) que fundamentaram, por muito tempo, o discurso da ciência.

Considerações finais

Este trabalho parte do pressuposto que as análises comunicacionais, tanto no âmbito das dinâmicas interacionais entre sujeitos quanto dos seus dispositivos, espaços e produtos, podem produzir resultados mais contundentes quando reconhecem a potência dos cruzamentos interseccionais para a própria composição dos seus objetos. Nesse sentido, propõe-se aqui uma metodologia própria, intitulada roleta interseccional, que auxilia na busca por questionamentos relevantes para estudos em Comunicação.

O percurso metodológico da roleta interseccional prevê diversos giros tanto para o pesquisador quanto para o objeto analisado, inserindo a problemática do locus de enunciação científico como uma questão cara ao discurso da ciência contemporânea. Se é importante pensar em modos de alcance mais aprofundados daquilo que é estudado, é também fundamental localizar quem representa o sujeito que estuda, demarcando a inevitável subjetividade de toda prática humana. Aqui, as subjetividades e as diferenças não são rejeitadas, mas compreendidas enquanto potência para a construção do conhecimento. É no reconhecimento das subjetividades que reside uma aproximação objetiva sobre a materialidade analítica.

Os giros da roleta interseccional, portanto, assim como a análise das formações interseccionais-discursivas, das negociações e do *ethos* atrelados a cada haste iluminada na pesquisa, são modos de tentar dar completude à análise comunicacional. Os resultados de estudos que se direcionam metodologicamente para apenas um eixo de opressão, ou até mesmo para múltiplos eixos separadamente, não dão conta da magnitude dos seus objetos de análise. É preciso percorrer todo o trajeto metodológico, tanto dos giros da roleta quanto da construção colorida dos sujeitos e das suas análises contextuais, para compreender, de fato, as nuances subjetivas que deixam rastros no discurso e fundamentam os indivíduos em todas as suas práticas sociais e comunicacionais.

Os estudos em comunicação, portanto, podem considerar a roleta interseccional como uma representação visual didática para guiar suas análises qualitativas a respeito dos sujeitos, dos objetos e dos processos comunicacionais. A roleta seria, então, um estímulo a esforços de reconhecimento de variáveis causais para fenômenos da comunicação, entendendo que desigualdades sociais podem fundamentar

escolhas discursivas, práticas interacionais e alcances de visibilidade midiática. Pensar sobre esses fatores, que delimitam os contextos de produção e reconhecimento, é prática cara não somente aos estudos comunicacionais contemporâneos, como também à construção de potentes diálogos interdisciplinares. A roleta interseccional pode servir de base para o destaque e compreensão das múltiplas variáveis que direcionam os fenômenos sociais, muitas vezes silenciadas em relações de causa e efeito superficiais e descontextualizadas.

Entende-se, contudo, que a proposta metodológica não deve se encerrar neste primeiro esforço aqui apresentado. A roleta interseccional é um primeiro passo para uma tentativa de contribuir para o campo da Comunicação, dos Estudos Feministas e dos Direitos Humanos, aguardando que pesquisas subsequentes possam reconhecer lacunas, indicar novas perspectivas e sugerir caminhos. Espera-se, portanto, que as pesquisas e os pesquisadores tenham aqui a inspiração elementar para a construção de frutos epistemológicos relevantes para o estudo da interseccionalidade.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

_____. **Ó Paí, Prezada!** Racismo e Sexismo Intitucionais tomando bonde no Conjunto Penal Feminino de Salvador. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em estudos de gênero, mulher e feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2014.

ANTHIAS, Floya. Transnational mobilities, migration research and intersectionality. **Nordic Journal of Migration Research**, Finland, v. 2, n. 2, p. 102-110, 2012.

ANZALDUA, Gloria. **Borderlands/La Frontera**. San Francisco: Spinsters/Aunt Lute Press, 1987.

BAGGA-GUPTA, Sangeeta. Privileging identity positions and multimodal communication in textual practices. Intersectionality and the (re) negotiation of boundaries. In: PITKÄNEN-HUHTA, Anne; HOLM, Lars (Eds.). **Literacy practices in transition: Perspectives from the Nordic countries**. Bristol: Multilingual Matters, 2012, p. 75-100.

BARTHES, Roland. L'ancienne rhétorique. Aidemémoire. **Communications**, n. 16, p.172-223, 1970.

BENJAMIN, Ruha. **Race after technology: Abolitionist tools for the new jim code**. [S.l.]: John Wiley & Sons, 2019.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; GROSGOUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 15-24, 2016.

BHABHA, Homi. A questão do “outro”: diferença, discriminação e o discurso do colonialismo. In: HOLLANDA, H.B. (Org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

BORGES, Rosane. Mídia, racismos e outras formas de destituição: elementos para o reposicionamento do campo da comunicação. In: CORRÊA, Laura Guimarães (Org). **Vozes negras em Comunicação: Mídia, racismos, resistências**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. p.17-36.

BRAH, Avtar. **Cartographies of diaspora: Contesting identities**. London: Psychology Press, 1996.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Subjetividade, argumentação, polifonia: a propaganda da Petrobrás**. São Paulo: Unesp, 1998.

CALASANTI, Toni; KING, Neal. Intersectionality and age. In: TWIGG, Julia; MARTIN, Wendy. **Routledge handbook of cultural gerontology**. London: Routledge, 2015. p. 193-200.

CARBADO, Devon W. Colorblind intersectionality. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 38, n. 4, p. 811-845, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. ; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CHOW, Yiu Fai. Moving, sensing intersectionality: A case study of Miss China Europe. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, Chicago, v. 36, n. 2, p. 411-436, 2011.

CISNE, Mirla. Relações sociais de sexo, “raça”/etnia e classe: uma análise feminista materialista. **Temporais**, Brasília, ano 14, n. 28, p. 133-149, jul./dez. 2014.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, jan./jun. 2017.

_____. **Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. London: Routledge, 2002.

CORRÊA, Laura Guimarães. Empoderar pra quê? Corpos e cabelos das mulheres negras na publicidade. In: LEITE, Francisco; BATISTA, Leandro Leonardo (Orgs). **Publicidade Antirracista: Reflexões, Caminhos e Desafios**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo – ECA - USP, 2019. p.193-209.

_____. et al. Entre o interacional e o interseccional: Contribuições teórico-conceituais das intelectuais negras para pensar a comunicação. **Revista ECO-Pós**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 147-169, 2018.

COTTOM, Tressie McMillan. “Black Cyberfeminism: Intersectionality, Institutions and Digital Sociology”. In: DANIELS, Jessie; GREGORY, Karen; COTTOM, Tressie McMillan (Eds). **Digital Sociologies**. Bristol: Policy Press, 2016.

CRAGIN, Becca. Beyond the feminine: Intersectionality and hybridity in talk shows. **Women's Studies in Communication**, v. 33, n. 2, p. 154-172, 2010.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

_____. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, p. 1241-1299, 1991.

_____. **Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, p. 139, 1989.

DAVIS, Angela Y. **Women, Race, and Class**. New York: Random House, 1981.

_____. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. **Geledés**, São Paulo, v. 12, 2011.

DE SOUZA, Nelson Rosário; DRUMMOND, Daniela. Sexo e as negas: da ficção à realidade sob uma perspectiva interseccional. **Esferas**, Brasília, v. 1, n. 10, 2018.

DELPHY, Christine. For a materialist feminism. **Feminist Issues**, v. 1, n. 2, p. 69-76, 1981.

DOUGLAS, Mary. **Implicit meanings**: Selected essays in anthropology. London: Routledge, 2002.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. São Paulo: Pontes, 1987.

FANON, Frantz. **Black skin, white masks**. London: Paladin, 1970.

FAUSTINO, Deivison Mendes. A emoção é negra, a razão é helênica? Considerações fanonianas sobre a (des) universalização do “Ser” negro. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 9, n. 18, 2013.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

FRANÇA, Vera Veiga. O objeto da comunicação/A comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA Vera Veiga (Orgs.). **Teorias da comunicação**: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 39-60.

GIACOMONI, M. P.; VARGAS, A. Z. Foucault, a Arqueologia do Saber e a Formação Discursiva. **Revista Veredas**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, p. 119-129, 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2010/04/artigo-09.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. **Comportamento em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **The presentation of self in everyday life**. (1959). New York: [s.n.], 2002.

GONZALEZ, Lélia. A Juventude Negra Brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras**: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 25-49, jan./abr. 2016.

HALL, Stuart. Quem precisa da Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 103-133.

HANCOCK, Ange-Marie. When multiplication doesn't equal quick addition: Examining intersectionality as a research paradigm. **Perspectives on politics**, v. 5, n. 1, p. 63-79, 2007.

HINE, Christine. **Virtual ethnography**. [S.l.]: Sage Publishing, 2000.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.

JORDAN, June. **Technical Difficulties: African-American Notes on the State of the Union**. New York: Pantheon Books, 1992.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais**. Novos estudos CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 93-103, 2010.

LOPES, Maria Immacolata V. Por um paradigma transdisciplinar para o campo da comunicação. **Desafios da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LORDE, Audre. **Sister Outsider: Essays and Speeches**. New York: The Crossing Press, 1984.

MACHADO, Bárbara Araújo. Interseccionalidade, consubstancialidade e marxismo: debates teóricos e políticos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO, 2017, Niterói. **Anais...** Niterói: UFF, 2017. p. 1867-1917.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001

MEAD, George H. Mind, self and Society. In: COSER, L.A., ROSEMBERG, B. (Eds.) **Sociological theory: a book of readings**. New York: Macmillan, 1969.

MELO, Iran F. Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna** (Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura), [S.l.], ano 5, n. 11, 2 sem. 2009.

MENESES, Maria Paula. Epistemologias do sul. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 5-10, 2008.

NIELSEN, Carolyn. Moving mass communication scholarship beyond binaries: A call for intersectionality as theory and method. **Media Report to Women**, v. 39, n. 1, p. 6-22, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso: princípios & procedimentos. Campinas: Pontes Editores, 2012.
PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006. 68 p.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução: Eni Orlandi et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

PINDERHUGHES, Dianne M. Intersectionality: Race and gender in the 2008 presidential nomination campaign. **The Black Scholar**, v. 38, n. 1, p. 47-54, 2008.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul./dez. 2008.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

RISAM, Roopika. Beyond the margins: Intersectionality and the digital humanities. **DHQ: Digital Humanities Quarterly**, v. 9, n. 2, 2015.

SAGESSE, Gustavo S.R. et al. **Marcadores sociais da diferença**: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica. São Paulo: Editora Gramma, 2018.

SALEM, Sara. Feminist critique and Islamic feminism: The question of intersectionality. **The Postcolonialist**, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2013.

SHAW, Linda R.; CHAN, Fong; MCMAHON, Brian T. Intersectionality and disability harassment: The interactive effects of disability, race, age, and gender. **Rehabilitation Counseling Bulletin**, v. 55, n. 2, p. 82-91, 2012.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAYLOR, Yvette; HINES, Sally; CASEY, Mark (Eds.). **Theorizing intersectionality and sexuality**. United Kingdom: Palgrave Macmillian, 2010.

YILDIZ-SPINEL, Melek. Telenovelas: Assessing Intersectionality in Spanish Media. **Kenyon Summer Science Scholars Program**, [S.l.], paper 210, 2013.

Informações sobre o artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese

Não se aplica.

Fontes de financiamento

Não se aplica.

Considerações éticas

Não se aplica.

Declaração de conflito de interesses

Não se aplica.

Apresentação anterior

Não se aplica.

Agradecimentos/Contribuições adicionais

Não se aplica.